

Unisys - Previ
Entidade
Previdência
Complementar

**Demonstrações contábeis em
31 de dezembro de 2016 e 2015**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balanço patrimonial	6
Demonstração da mutação do patrimônio social	7
Demonstração da mutação do ativo líquido - Plano Unisys Brasil	8
Demonstração da mutação do ativo líquido - Plano Unisys Tecnologia	9
Demonstração do ativo líquido - Plano Unisys Brasil	10
Demonstração do ativo líquido - Plano Unisys Tecnologia	11
Demonstração do plano de gestão administrativa – Consolidada	12
Demonstração do plano de gestão administrativa - Plano Unisys Brasil	13
Demonstração das provisões técnicas - Plano Unisys Brasil	14
Demonstração das provisões técnicas - Plano Unisys Tecnologia	15
Notas explicativas às demonstrações financeiras	16



KPMG Auditores Independentes
Av. Almirante Barroso, 52 - 4º andar
20031-000 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Telefone +55 (21) 3515-9400, Fax +55 (21) 3515-9000
www.kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

Aos Administradores, Conselheiros, Participantes e Patrocinadoras da
Unisys - Previ Entidade de Previdência Complementar
Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Unisys - Previ Entidade de Previdência Complementar (“Entidade” ou “Unisys - Previ”), que compreendem o balanço patrimonial consolidado (representado pelo somatório de todos os planos de benefícios administrados pela Unisys - Previ, aqui denominados de consolidado, por definição da Resolução CNPC nº 8) em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações da mutação do patrimônio social consolidada e do plano de gestão administrativa consolidada e individual por plano de benefício, e as demonstrações individuais por plano de benefício que compreendem as demonstrações do ativo líquido, da mutação do ativo líquido e das provisões técnicas do plano para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da Unisys - Previ e individual por plano de benefício em 31 de dezembro de 2016 e o desempenho consolidado e por plano de benefício de suas operações para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis consolidadas e individuais por planos de benefício”. Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



Responsabilidade da Administração pelas demonstrações contábeis consolidadas e individuais por plano de benefícios

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis consolidadas e individuais por plano de benefícios de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis consolidadas e individuais por plano de benefícios, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade e ou os planos de benefícios continuarem operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Entidade e ou os planos de benefícios ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis consolidadas e individuais por plano de benefícios, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis consolidadas e individuais por plano de benefícios, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.

Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.



Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis consolidadas e individuais por plano de benefícios ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade e os planos de benefícios a não mais se manterem em continuidade operacional.

Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 20 de março de 2017

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-RJ

Marcelo Nogueira de Andrade
Contador CRC RJ-086312/O-6

UNISYS - PREVI ENTIDADE DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR**BALANÇO PATRIMONIAL***(Em Milhares de Reais)*

ATIVO	NOTA	31/12/2016	31/12/2015
Disponível		64	115
Realizável		374.716	364.716
Gestão Previdencial	5	2.834	2.219
Gestão Administrativa	5	1.272	1.092
Investimentos	6	370.610	361.405
Fundos de Investimento		369.399	360.140
Empréstimos e Financiamentos		1.155	1.216
Depósitos Judiciais/Recursais		56	49
TOTAL DO ATIVO		374.780	364.831
PASSIVO	NOTA	31/12/2016	31/12/2015
Exigível Operacional	7	806	812
Gestão Previdencial		570	648
Gestão Administrativa		235	160
Investimentos		1	4
Exigível Contingencial	8	1.266	1.111
Gestão Administrativa		1.210	1.062
Investimentos		56	49
Patrimônio Social		372.708	362.908
Patrimônio de Cobertura do Plano		371.428	361.540
Provisões Matemáticas	9	372.109	362.232
Benefícios Concedidos		71.300	60.311
Benefícios a Conceder		300.809	301.921
Equilíbrio Técnico		(681)	(692)
Resultados Realizados		(681)	(692)
(-) Déficit Técnico Acumulado	10	(681)	(692)
Fundos	11	1.280	1.368
Fundos Previdenciais		1.256	1.368
Fundos Administrativos		24	-
TOTAL DO PASSIVO		374.780	364.831

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis

Alexandre Rangel Chaves
Diretor Superintendente
CPF: 509.155.177-87

Reginaldo José Camilo
Contador - CRC: ISP 114.497/O-9
CPF: 859.338.648-20

UNISYS - PREVI ENTIDADE DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR
DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO SOCIAL

(Em Milhares de Reais)

DESCRIÇÃO	31/12/2016	31/12/2015	VARIAÇÃO %
A) PATRIMÔNIO SOCIAL - INÍCIO DO EXERCÍCIO	362.908	383.115	(5)
1. ADIÇÕES	55.313	38.411	44
(+) Contribuições Previdenciais	8.980	9.954	(10)
(+) Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	43.894	26.198	68
(+) Reversão Líquida de Contingências - Gestão Previdencial	214	180	19
(+) Receitas Administrativas	2.225	2.076	7
(+) Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Administrativa	-	3	(100)
2. DESTINAÇÕES	(45.513)	(58.618)	(22)
(-) Benefícios	(43.312)	(56.539)	(23)
(-) Despesas Administrativas	(2.092)	(2.050)	2
(-) Constituição Líquida de Contingências - Gestão Administrativa	(109)	(29)	276
3. ACRÉSCIMO/DECRÉSCIMO NO PATRIMÔNIO SOCIAL (1 + 2)	9.800	(20.207)	(148)
(+/-) Provisões Matemáticas	9.877	(20.000)	(149)
(+/-) (Déficit) Técnico do Exercício	11	(355)	(103)
(+/-) Fundos Previdenciais	(112)	148	(176)
(+/-) Fundos Administrativos	24	-	100
B) PATRIMÔNIO SOCIAL NO FINAL DO EXERCÍCIO (A + 3)	372.708	362.908	3

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis

Alexandre Rangel Chaves
Diretor Superintendente
CPF: 509.155.177-87

Reginaldo José Camilo
Contador - CRC: ISP 114.497/O-9
CPF: 859.338.648-20

UNISYS - PREVI ENTIDADE DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR
DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO - PLANO UNISYS BRASIL
(Em Milhares de Reais)

DESCRIÇÃO	31/12/2016	31/12/2015	Variação (%)
A) ATIVO LÍQUIDO - INÍCIO DO EXERCÍCIO	362.757	382.986	(5)
1. ADIÇÕES	53.465	36.488	47
(+) Contribuições	9.377	10.120	(7)
(+) Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	43.874	26.188	68
(+) Reversão Líquida de Contingências - Gestão Previdencial	214	180	19
2. DESTINAÇÕES	(43.722)	(56.717)	(23)
(-) Benefícios	(43.312)	(56.539)	(23)
(-) Custeio Administrativo	(410)	(178)	130
3. ACRÉSCIMO/DECRÉSCIMO NO ATIVO LÍQUIDO (1 + 2)	9.743	(20.229)	(148)
(+/-) Provisões Matemáticas	9.849	(20.019)	(149)
(+/-) Fundos Previdenciais	(117)	145	(181)
(+/-) (Déficit) Técnico do Exercício	11	(355)	(103)
B) ATIVO LÍQUIDO - FINAL DO EXERCÍCIO (A + 3)	372.500	362.757	3
C) FUNDOS NÃO PREVIDENCIAIS	24	-	100
(+/-) Fundos Administrativos	24	-	100

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis

Alexandre Rangel Chaves
Diretor Superintendente
CPF: 509.155.177-87

Reginaldo José Camilo
Contador - CRC: ISP 114.497/O-9
CPF: 859.338.648-20

UNISYS - PREVI ENTIDADE DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR
DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO - PLANO UNISYS TECNOLOGIA
(Em Milhares de Reais)

DESCRIÇÃO	31/12/2016	31/12/2015	Variação (%)
A) ATIVO LÍQUIDO - INÍCIO DO EXERCÍCIO	151	129	17
1. ADIÇÕES	33	22	50
(+) Contribuições	13	12	8
(+) Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	20	10	100
2. DESTINAÇÕES	-	-	-
3. ACRÉSCIMO/DECRÉSCIMO NO ATIVO LÍQUIDO (1 + 2)	33	22	50
(+/-) Provisões Matemáticas	28	19	47
(+/-) Fundos Previdenciais	5	3	67
4. OPERAÇÕES TRANSITÓRIAS	-	-	-
B) ATIVO LÍQUIDO - FINAL DO EXERCÍCIO (A + 3)	184	151	22
C) FUNDOS NÃO PREVIDENCIAIS	-	-	-

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis

Alexandre Rangel Chaves
Diretor Superintendente
CPF: 509.155.177-87

Reginaldo José Camilo
Contador - CRC: ISP 114.497/O-9
CPF: 859.338.648-20

UNISYS - PREVI ENTIDADE DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR
DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO - PLANO UNISYS BRASIL
(Em Milhares de Reais)

DESCRIÇÃO	31/12/2016	31/12/2015	Variação (%)
1. ATIVOS	373.151	363.458	3
Disponível	64	115	(44)
Recebível	2.857	2.218	29
Investimentos	370.230	361.125	3
Fundos de Investimento	369.031	359.860	3
Empréstimos e Financiamentos	1.143	1.216	(6)
Depósitos Judiciais / Recursais	56	49	14
2. OBRIGAÇÕES	627	701	(11)
Operacional	571	652	(12)
Contingencial	56	49	14
3. FUNDOS NÃO PREVIDENCIAIS	24	-	100
Fundos Administrativos	24	-	100
4. ATIVO LÍQUIDO (1 - 2 - 3)	372.500	362.757	3
Provisões Matemáticas	371.968	362.119	3
(Déficit) Técnico Acumulado	(681)	(692)	(2)
Fundos Previdenciais	1.213	1.330	(9)

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis

Alexandre Rangel Chaves
Diretor Superintendente
CPF: 509.155.177-87

Reginaldo José Camilo
Contador - CRC: ISP 114.497/O-9
CPF: 859.338.648-20

UNISYS - PREVI ENTIDADE DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR
DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO - PLANO UNISYS TECNOLOGIA
(Em Milhares de Reais)

DESCRIÇÃO	31/12/2016	31/12/2015	Variação (%)
1. ATIVOS	184	151	22
Recebível	1	1	-
Investimentos	183	150	22
Fundos de Investimento	171	150	14
Empréstimos e Financiamentos	12	-	100
2. OBRIGAÇÕES	-	-	-
3. FUNDOS NÃO PREVIDENCIAIS	-	-	-
4. ATIVO LÍQUIDO (1 - 2 - 3)	184	151	22
Provisões Matemáticas	141	113	25
Fundos Previdenciais	43	38	13

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis

Alexandre Rangel Chaves
Diretor Superintendente
CPF: 509.155.177-87

Reginaldo José Camilo
Contador - CRC: ISP 114.497/O-9
CPF: 859.338.648-20

UNISYS - PREVI ENTIDADE DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR
DEMONSTRAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA - CONSOLIDADA

(Em Milhares de Reais)

DESCRIÇÃO	31/12/2016	31/12/2015	Variação (%)
A) FUNDO ADMINISTRATIVO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	-	-	-
1. CUSTEIO DA GESTÃO ADMINISTRATIVA	2.225	2.079	7
1. RECEITAS	2.225	2.079	7
Custeio Administrativo da Gestão Previdencial	410	178	130
Custeio Administrativo dos Investimentos	1.798	1.870	(4)
Taxa de Administração de Empréstimos e Financiamentos	17	21	(19)
Resultado Positivo Líquido dos Investimentos	-	3	(100)
Outras Receitas	-	7	(100)
2. DESPESAS ADMINISTRATIVAS	(2.092)	(2.050)	2
2.1. ADMINISTRAÇÃO PREVIDENCIAL	(1.879)	(1.857)	1
Pessoal e Encargos	(1.096)	(979)	12
Treinamentos/Congressos e Seminários	-	(3)	(100)
Serviços de Terceiros	(704)	(718)	(2)
Despesas Gerais	(43)	(58)	(26)
Tributos	(36)	(99)	(64)
2.2. ADMINISTRAÇÃO DOS INVESTIMENTOS	(213)	(193)	10
Serviços de Terceiros	(213)	(193)	10
3. Constituição de Contingências Administrativas	(109)	(29)	276
4. Sobra da Gestão Administrativa (1 - 2 - 3)	24	-	100
5. Constituição do Fundo Administrativo (4)	24	-	100
B) FUNDO ADMINISTRATIVO DO EXERCÍCIO ATUAL (A + 5)	24	-	100

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis

Alexandre Rangel Chaves
Diretor Superintendente
CPF: 509.155.177-87

Reginaldo José Camilo
Contador - CRC: ISP 114.497/O
CPF: 859.338.648-20

UNISYS - PREVI ENTIDADE DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR
DEMONSTRAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA - PLANO UNISYS BRASIL

(Em Milhares de Reais)

DESCRIÇÃO	31/12/2016	31/12/2015	Variação (%)
A) FUNDO ADMINISTRATIVO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	-	-	-
1. CUSTEIO DA GESTÃO ADMINISTRATIVA	2.225	2.079	7
1.1. RECEITAS	2.225	2.079	7
Custeio Administrativo da Gestão Previdencial	410	178	130
Custeio Administrativo dos Investimentos	1.798	1.870	(4)
Taxa de Administração de Empréstimos e Financiamentos	17	21	(19)
Resultado Positivo Líquido dos Investimentos	-	3	(100)
Outras Receitas	-	7	(100)
2. DESPESAS ADMINISTRATIVAS	(2.092)	(2.050)	2
2.1. ADMINISTRAÇÃO PREVIDENCIAL	(1.879)	(1.857)	1
2.1.1. DESPESAS COMUNS	(1.843)	(1.745)	6
2.1.2. DESPESAS ESPECÍFICAS	(36)	(112)	(68)
Serviços de Terceiros	-	(13)	(100)
Tributos	(36)	(99)	(64)
2.2. ADMINISTRAÇÃO DOS INVESTIMENTOS	(213)	(193)	10
2.2.1. DESPESAS COMUNS	(213)	(193)	10
3. Constituição de Contingências Administrativas	(109)	(29)	276
4. Sobra da Gestão Administrativa (1 - 2 - 3)	24	-	100
5. Constituição do Fundo Administrativo (4)	24	-	100
B) FUNDO ADMINISTRATIVO DO EXERCÍCIO ATUAL (A + 5)	24	-	100

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis

Alexandre Rangel Chaves
Diretor Superintendente
CPF: 509.155.177-87

Reginaldo José Camilo
Contador - CRC: ISP 114.497/O-9
CPF: 859.338.648-20

UNISYS - PREVI ENTIDADE DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR
DEMONSTRAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS - PLANO UNISYS BRASIL

(Em Milhares de Reais)

DESCRIÇÃO	31/12/2016	31/12/2015	Variação (%)
PROVISÕES TÉCNICAS (1+2+3+4+5)	373.127	363.458	3
1. Provisões Matemáticas	371.968	362.119	3
1.1 Benefícios Concedidos	71.300	60.311	18
Contribuição Definida	56.601	46.213	22
Benefício Definido	14.699	14.098	4
1.2 Benefícios a Conceder	300.668	301.808	-
Contribuição Definida	300.668	301.808	-
Saldo de Contas - Parcela Patrocinadores/Instituidores	155.438	156.384	(1)
Saldo de Contas - Parcela Participantes	145.230	145.424	-
2. Equilíbrio Técnico	(681)	(692)	(2)
2.1 Resultados Realizados	(681)	(692)	(2)
(-) Déficit Técnico Acumulado	(681)	(692)	(2)
3. Fundos	1.213	1.330	(9)
3.1 Fundos Previdenciais	1.213	1.330	(9)
4. Exigível Operacional	571	652	(12)
4.1 Gestão Previdencial	570	648	(12)
4.2 Investimentos - Gestão Previdencial	1	4	(75)
5. Exigível Contingencial	56	49	14
5.1 Investimentos - Gestão Previdencial	56	49	14

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis

Alexandre Rangel Chaves
Diretor Superintendente
CPF: 509.155.177-87

Reginaldo José Camilo
Contador - CRC: ISP 114.497/O-9
CPF: 859.338.648-20

UNISYS - PREVI ENTIDADE DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR
DEMONSTRAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS - PLANO UNISYS TECNOLOGIA

(Em Milhares de Reais)

DESCRIÇÃO	31/12/2016	31/12/2015	Variação (%)
PROVISÕES TÉCNICAS (1+2)	184	151	22
1. Provisões Matemáticas	141	113	25
1.1 Benefícios a Conceder	141	113	25
Contribuição Definida	141	113	25
Saldo de Contas - Parcela Patrocinadores/Instituidores	77	62	24
Saldo de Contas - Parcela Participantes	64	51	25
2. Fundos	43	38	13
2.1 Fundos Previdenciais	43	38	13

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis

Alexandre Rangel Chaves
Diretor Superintendente
CPF: 509.155.177-87

Reginaldo José Camilo
Contador - CRC: ISP 114.497/O-9
CPF: 859.338.648-20

UNISYS – PREVI ENTIDADE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015
(Em milhares de reais)

NOTA 1 – CONTEXTO OPERACIONAL

A UNISYS - PREVI ENTIDADE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR (“UNISYS - PREVI”), é uma Entidade Fechada de Previdência Complementar – EFPC, constituída em 11 de dezembro de 1986 e autorizada a funcionar pelo Ministério da Previdência e Assistência Social - MPAS em 01 de julho de 1987, com autonomia administrativa, patrimonial e financeira de caráter não econômico e sem fins lucrativos, em conformidade com as normas emanadas pelo Ministério da Previdência Social, por intermédio do Conselho Nacional da Previdência Complementar – CNPC, da Secretaria de Políticas de Previdência Complementar – SPPC e da Superintendência Nacional de Previdência Complementar – Previc.

Os recursos atualmente administrados pela UNISYS - PREVI são oriundos de contribuições de patrocinadoras, participantes e rendimentos das aplicações desses recursos, que devem obedecer ao disposto em resoluções do Conselho Monetário Nacional – CMN e seguindo como pilar as determinações da política de investimentos de cada Plano de Benefícios.

A Entidade tem por finalidade, através dos planos de benefícios abaixo, assegurar aos funcionários, diretores e membros do Conselho de Administração da Unisys Brasil Ltda. e Unisys Tecnologia Ltda. e de suas pessoas jurídicas vinculadas (patrocinadoras) complementação de proventos de aposentadoria e outros benefícios de natureza previdenciária, de acordo com o correspondente plano.

Plano de Benefícios	Sigla	CNPB	Modalidade ⁽¹⁾	Patrocinador (as)
Unisys Brasil	Brasil	1986.0005-83	CV	UNISYS BRASIL UNISYS PREVI
Unisys Tecnologia	Tecnologia	1997.0034-65	CD	UNISYS TECNOLOGIA

⁽¹⁾ Seguem explicações sobre os tipos de modalidade dos planos de benefícios: Planos de Benefício Definido (BD) são aqueles cujos benefícios programados têm seu valor previamente estabelecido, sendo seu custo determinado atuarialmente, de forma a assegurar sua concessão e manutenção. Planos de Contribuição Definida (CD) são aqueles cujos benefícios programados têm seu valor permanentemente ajustado ao saldo da conta, mantido em favor do participante, inclusive na fase de concessão de benefícios considerando o resultado líquido de sua aplicação, os valores aportados e os benefícios pagos. Planos de Contribuição Variável (CV) são aqueles cujos benefícios programados apresentam a conjugação das características das modalidades de CD e BD.

O quadro de participantes na data base da avaliação atuarial em 31 de dezembro apresenta a seguinte posição:

Plano	Ativos ⁽¹⁾		Assistidos ⁽²⁾		Total	
	2016	2015	2016	2015	2016	2015
	Particip.	Particip.	Particip.	Particip.	Particip.	Particip.
Unisys Brasil	817	907	54	49	871	956
Unisys Tecnologia	1	1	-	-	1	1
Total	818	908	54	49	872	957

⁽¹⁾ Incluem autopatrocinados e BPD. Houve redução dos participantes, pois os mesmos optaram pelo resgate.

⁽²⁾ Incluem pensionistas.

O encerramento das atividades das filiais da patrocinadora Unisys Brasil nas cidades de Belém, Aracaju, Salvador, Recife, Vitória, Florianópolis, Porto Alegre e Londrina acarretou na redução da quantidade de participantes do Plano Unisys Brasil, que em suma fizeram resgate dos valores aplicados

NOTA 2 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis são de responsabilidade da Unisys – Previ e foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis em vigor no Brasil, aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC, em conformidade com as seguintes normas específicas: Resolução do Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC nº. 08, de 31 de outubro de 2011; Instrução Normativa MPS/SPC nº. 34, de 24 de setembro de 2009; Resolução CFC nº. 1.272, de 22 de janeiro de 2010 e alterações posteriores a essas normas.

UNISYS – PREVI ENTIDADE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015

(Em milhares de reais)

Essas diretrizes não requerem a divulgação em separado de ativos e passivos de curto e longo prazo, nem a apresentação da Demonstração do Fluxo de Caixa. A estrutura da planificação contábil padrão das EFPC reflete o ciclo operacional de longo prazo da sua atividade, de forma que a apresentação de ativos e passivos, observadas as gestões previdencial e administrativa e o fluxo dos investimentos, proporcione informações mais adequadas, confiáveis e relevantes do que a apresentação em circulante e não circulante, em conformidade com o item 63 da NBC T 19.27.

A sistemática introduzida pelos órgãos normativos apresenta, além das características já descritas, a segregação dos registros contábeis em duas gestões distintas (Previdencial e Administrativa) e o Fluxo dos Investimentos, comum a ambas, segundo a natureza e a finalidade das transações.

- **Gestão Previdencial** – Atividade de registro e de controle das contribuições, dos benefícios e dos institutos previstos no art. 14 da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, bem como do resultado do plano de benefícios de natureza previdenciária;
- **Gestão Administrativa** – Atividade de registro e de controle inerentes à administração dos planos de benefícios;
- **Investimentos** – Registro e controle referentes à aplicação dos recursos de cada plano de benefícios.

A autorização para conclusão destas demonstrações contábeis foi dada pela Administração em 20 de março de 2016.

Essas demonstrações contábeis são apresentadas em milhares de Reais, que é a moeda funcional da Entidade.

NOTA 3 – RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis e procedimentos adotados na elaboração das Demonstrações Contábeis estão resumidas como segue:

a) Consolidação

As eliminações necessárias à consolidação das Demonstrações Contábeis foram realizadas de acordo com o item 29 do Anexo A da Instrução Normativa MPS/SPC nº. 34, de 24 de setembro de 2009. As contas passíveis de eliminações, entre outras, são “Superávit Técnico”, “Déficit Técnico”, “Participação no Plano de Gestão Administrativa” e “Participação no Fundo Administrativo PGA” (Nota 12).

b) Ativo Realizável

- **Gestão Previdencial** – Compreende os valores e direitos relativos às contribuições de patrocinadores, participantes e autopatrocinados, observando-se o plano de custeio, bem como depósitos judiciais/recursais realizados relativos as contingências da Gestão Previdencial.
- **Gestão Administrativa** – Compreende os valores e direitos relativos ao custeio de despesas administrativas efetuado pela patrocinadora, participantes e outros eventos administrativos.
- **Investimentos** – As diretrizes de aplicações dos recursos garantidores dos planos administrados estão em consonância com as respectivas Políticas de Investimentos dos Planos de Benefícios e do PGA e os principais critérios de avaliação e de reconhecimento de receitas são:

I. Títulos Públicos, Créditos Privados, Ações, Fundos de Investimento

Estão registrados pelo valor de custo, acrescido dos rendimentos auferidos de forma pro rata até a data de encerramento do Balanço, sendo classificados na seguinte categoria:

Títulos para negociação – Quando adquiridos com o propósito de serem negociados, independentemente do prazo a decorrer da data de aquisição, sendo avaliados pelo valor de mercado e seus efeitos reconhecidos no resultado do exercício;

As Rendas/Variações Positivas e Deduções/Variações Negativas da carteira são apropriadas em contas específicas diretamente vinculadas à modalidade de aplicação.

UNISYS – PREVI ENTIDADE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015

(Em milhares de reais)

II. Empréstimos

São operações com participantes devidamente autorizadas, conforme previsto na Política de Investimentos e Regulamento dos Empréstimos, seus saldos incluem principal, juros e atualização monetária. O sistema de controles internos dessas operações permitem identificar os tomadores e os saldos atualizados individualmente.

A atualização monetária é feita com base na rentabilidade média apurada no mês anterior nos investimentos, referentes às aplicações de renda fixa.

III. Provisão de Crédito de Liquidação Duvidosa (PCLD) – INSTRUÇÃO SPC Nº 34, DE 24 DE SETEMBRO DE 2009 ANEXO A

A provisão para perdas prováveis na realização dos ativos é constituída com base no valor vencido e vincendos, adotando-se os seguintes percentuais (Nota 6c):

- 25% para atrasos entre 61 e 120 dias;
- 50% para atrasos entre 121 e 240 dias;
- 75% para atrasos entre 241 e 360 dias e
- 100% para atraso superiores a 360 dias.

c) Exigível Operacional

São demonstrados os valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos. São registradas as obrigações decorrentes de pagamento de benefícios aos participantes, prestação de serviços por terceiros, obrigações tributárias, provisões de folha de pagamento e respectivos encargos.

d) Exigível Contingencial

Decorrentes de processos judiciais e administrativos, inerentes ao curso normal dos negócios movidos por terceiros, ex-funcionários, ex-participantes e órgãos públicos em ações cíveis, trabalhistas e fiscais. Essas contingências, coerentes são avaliadas por assessores legais e levam em consideração a probabilidade que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar as obrigações e que o montante das obrigações possa ser estimado com suficiente segurança. Os valores das contingências são quantificados utilizando-se modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada, apesar da incerteza inerente ao prazo e valor.

Para as provisões de passivos contingentes a Entidade utiliza as definições do Pronunciamento Técnico CPC 25, conforme definições a seguir:

- **Prováveis:** para os quais são constituídas provisões;
- **Possíveis:** somente são divulgados sem que sejam provisionados; e
- **Remotas:** não requerem provisão e divulgação.

e) Plano de Gestão Administrativa – PGA

Os registros das operações administrativas são efetuados através do Plano de Gestão Administrativa - PGA, que possui patrimônio próprio segregado dos planos de benefícios previdenciais.

O patrimônio do PGA é constituído pelas receitas (Previdenciais, Investimentos e Diretas) e reembolsos administrativos, deduzidas das despesas comuns e específicas da administração previdencial, e dos investimentos, sendo as sobras ou insuficiências administrativas alocadas ou revertidas ao Fundo Administrativo. O saldo do Fundo Administrativo é segregado por plano de benefício previdencial, não caracterizando obrigações ou direitos aos patrocinadores, participantes e assistidos dos planos.

As despesas administrativas específicas de cada plano de benefícios serão alocadas exclusiva e integralmente no plano a que se referirem, não cabendo rateio entre os demais planos de benefícios por meio de critério de rateio, o qual é detalhado no orçamento anual ou definido pela Diretoria Executiva da Entidade.

**UNISYS – PREVI ENTIDADE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015**

(Em milhares de reais)

f) Patrimônio Social

O Patrimônio Social consiste do acúmulo de recursos oriundos de seus participantes e patrocinadoras, e que tem como objetivo garantir o benefício futuro dos participantes vinculados aos Plano e os fundos segregados em previdenciais, administrativos e de investimentos.

g) Estimativas Atuariais e Contábeis

A elaboração das Demonstrações Contábeis requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Ao determinar estas estimativas levam-se em consideração experiências de eventos passados e correntes, pressupostos relativos a eventos futuros e outros fatores objetivos e subjetivos. Os principais itens de Balanço sujeitos a essas estimativas e premissas são:

- Ajustes a valores de mercado dos ativos classificados em títulos para negociação: conforme informação de precificação disponibilizada através do agente custodiante.
- Contingências: as probabilidades de êxito e valores econômicos são informadas pelos assessores legais.
- Provisões matemáticas: calculadas atuarialmente pela Mercer Human Resource Consulting, consultoria responsável pelos Planos.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas Demonstrações Contábeis, devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

h) Impostos

I. Imposto de Renda

- Em 29 de dezembro de 2004 foi sancionada a Lei nº 11.053, que revogou a Medida Provisória nº 2.222, de 04 de setembro de 2001, e introduziu alterações no sistema de tributação dos planos de benefícios de caráter previdenciário. Conforme previsto no artigo 5º dessa Lei, a partir de 01 de janeiro de 2005, ficaram dispensados a retenção na fonte e o pagamento em separado do imposto de renda sobre os rendimentos e ganhos auferidos nas aplicações de recursos das provisões, reservas técnicas e fundos de planos de benefícios de entidade de previdência complementar.
- Em 5 de abril de 2013 foi sancionada a IN nº 1.343, que determina que as EFPC estão desobrigadas de reter o IRRF sobre os pagamentos a título de complementação de aposentadoria, resgates e rateio de patrimônio, correspondente às contribuições efetuadas exclusivamente pelo beneficiário, no período de 1º de janeiro de 1989 a 31 de dezembro de 1995.
- Em 21 de dezembro de 2005 foi sancionada a Instrução Normativa nº 588 que determina que as EFPC estejam isentas do imposto de renda devido pela pessoa jurídica e da contribuição social sobre o lucro líquido.

II. PIS e COFINS

São as contribuições calculadas às alíquotas de 0,65% para o PIS e 4% para a COFINS, sobre as receitas administrativas (receita bruta excluída, entre outros, dos rendimentos auferidos nas aplicações financeiras destinadas a pagamentos de benefícios de aposentadoria, pensão, pecúlio e de resgate).

A partir do 1º semestre de 2006, a entidade passou a depositar judicialmente os referidos tributos, conforme mandado de segurança impetrado contra a Receita Federal face ao processo nº 2006.51.01.004270-2.

Tendo em vista os impactos da Lei nº 12.973/2014 no que diz respeito à tese jurídica de PIS e COFINS, que é objeto de questionamento no Mandato de Segurança impetrando pela entidade, cessou-se o procedimento de depósito judicial das contribuições e efetuou-se o recolhimento na competência de Janeiro a Julho/2015.

A partir do período Agosto/2015 a entidade passou a depositar judicialmente os referidos tributos, conforme mandado de segurança impetrado contra a Receita Federal face ao processo nº 009541868.2015.4025101 (Nota 5b).

UNISYS – PREVI ENTIDADE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015

(Em milhares de reais)

i) Registro das Adições, Deduções, Receitas, Despesas, Rendas/Variações Positivas e Deduções/Variações Negativas

As Adições e Deduções da Gestão Previdencial, Receitas e Despesas da Gestão Administrativa e as Rendas/Variações Positivas e Deduções/Variações Negativas do Fluxo de Investimento são escrituradas pelo regime contábil de competência.

As Rendas/Variações Positivas de dividendos, bonificações e juros sobre capital próprio recebidos em dinheiro, decorrentes de investimentos em ações, são reconhecidas após a publicação da decisão da Assembleia Geral dos Acionistas das empresas investidas.

NOTA 4 – CUSTEIO ADMINISTRATIVO

Representa o valor líquido das importâncias à Gestão Administrativa para cobertura dos gastos com a Gestão Previdencial e de Investimentos dos respectivos planos de benefícios.

A partir de 1º de fevereiro de 2010, as fontes de custeio administrativo passaram ter origem nas seguintes fontes:

- **Taxa de Administração:** dos empréstimos aos participantes do plano;
- **Investimentos:** rentabilidade à razão de 0,5% a.a sobre o exigível atuarial;
- **Fundo Administrativo:** utilizado formado com o saldo remanescente dos itens acima;
- **Fundo Previdencial:** utilizado no caso de insuficiência dos recursos acima mencionados na cobertura das despesas mensais.

NOTA 5 – ATIVO REALIZÁVEL

a) Gestão Previdencial

Plano	2016			2015
	Contrib. a Receber ⁽¹⁾	Dep. Jud. - Esferas Cíveis / Tributários ⁽²⁾	Total	
Unisys Brasil	1.081	1.752	2.833	2.218
Unisys Tecnologia	1	-	1	1
Total	1.082	1.752	2.834	2.219

⁽¹⁾ Refere-se as contribuições à receber no mês subsequente;

⁽²⁾ Refere-se substancialmente ao processo fiscal de número 2007.51.01.502189-4 movido pela Fazenda Nacional exigindo-lhe a quantia de R\$1.266 (valor original), instruída por quatro Certidões de Dívida Ativa (CDA) referente a supostos débitos de Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ), Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF), Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) e Programa de Integração Social (PIS). Em 2014 ocorreu o cancelamento parcial e definitivo da CDA 70 2 000117-17 no valor de R\$ 553. Em face desta Execução Fiscal, a entidade solicitou o embargo número 2007.51.01.514366-5, retratando a possível perda segundo a avaliação jurídica.

UNISYS – PREVI ENTIDADE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015
(Em milhares de reais)

b) Gestão Administrativa

Plano	2016			2015
	Provisão de Folha Adm.	Depósitos Judiciais - PIS/COFINS ⁽¹⁾	Total	
Unisys Brasil	62	1.210	1.272	1.092
Total	62	1.210	1.272	1.092

⁽¹⁾ Refere-se a depósito judicial conforme processo nº 0004270-88.2006.4.02.5101 referente a cobrança de Pis e Cofins (observar Nota Explicativa nº 8 - Exigível Contingencial), mediante solicitação de penhora judicial processo nº 2010.51.01.514030-4 tratando-se de cobrança judicial de multa de mora supostamente devida sobre a obrigação principal de IRPJ referente a Jan/2003, Jan/2000, Jun/2000 e Jul/2000 através da CDA nº 70.2.10.000471-80. Cancelada definitivamente a CDA nº 70.2.10.000472-61.

NOTA 6 – INVESTIMENTOS

a) Composição dos Investimentos

A Administração, através da Política de Investimentos, que é revisada e aprovada anualmente pelo Conselho Deliberativo com horizonte de cinco anos, determina diretrizes para direcionamento da aplicação dos recursos garantidores das Provisões Matemáticas, bem como para classificação de Títulos e Valores Mobiliários. A Entidade mantém contrato com o Itaú Unibanco S.A., pessoa jurídica credenciada na Comissão de Valores Mobiliários, para atuar como agente custodiante e como responsável pelo fluxo de pagamentos e recebimentos, das operações.

Plano	2016			Total	2015
	Fundos de Investimentos	Empréstimos	Depósitos Judiciais - PIS/COFINS ⁽¹⁾		
Unisys Brasil	369.228	1.143	56	370.427	361.255
Unisys Tecnologia	171	12	-	183	150
Total	369.399	1.155	56	370.610	361.405

⁽¹⁾ Refere-se ao processo nº 2006.51.01.515804-4 relativo à cobrança de multa de mora aplicada em compensação de débito PIS, por meio de denúncia espontânea.

Os investimentos são segregados pela proporção do patrimônio social de cada plano.

b) Fundos de Investimentos

São compostos por investimento nos seguintes fundos:

- Fundos de investimentos exclusivo FIC de FIM Uniprev, que é um fundo multimercado e, por conseguinte, mantém em sua carteira investimentos em títulos de renda fixa e renda variável.

Destina-se a manter, no mínimo, 95% do seu patrimônio investido em cotas de fundos de investimentos nas modalidades regulamentadas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) administrados por instituições devidamente autorizadas, de acordo com a regulamentação em vigor, que tenham por objetivo proporcionar a seus investidores uma alternativa de investimento em títulos de renda fixa e variável e em derivativos.

- Fundos de investimento exclusivo FIC de FIM Uniprev, que investe nos seguintes fundos de investimentos exclusivos: FIM Uniprev I, FIM Uniprev III e FIM Uniprev IV. Esses fundos destinam-se a manter aplicações em títulos e valores mobiliários, ativos financeiros e/ou modalidades operacionais disponíveis no âmbito dos mercados financeiros e de capitais. Tendo por objetivo proporcionar a seus investidores uma alternativa de investimentos em títulos de renda fixa, através da aplicação de no mínimo 70% de seus recursos em ativos de renda fixa autorizadas pela legislação vigente, visando acompanhar direta ou indiretamente. Substancialmente a variação do Certificado de Depósito Interfinanceiro (CDI + 1%) e, adicionalmente, no máximo 30% de seus recursos em determinados ativos de renda variável autorizados pela legislação vigente, visando acompanhar direta ou indiretamente a variação do Índice Brasil (IBrX).

UNISYS – PREVI ENTIDADE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015
(Em milhares de reais)

Apresentamos a seguir a composição consolidada dos investimentos dos fundos FIM Uniprev I, FIM Uniprev III e FIM Uniprev IV:

Composição Consolidada dos Fundos	2016	2015
	Valor de mercado	Valor de mercado
Tipo de classificação dos títulos		
Fundos de investimento multimercado		
Títulos Públicos		
Títulos Públicos Federais	150.716	177.334
Letras Financeiras do Tesouro	85.405	97.016
Letras do Tesouro Nacional	14.885	6.915
Letras do Tesouro Nacional - over	1.230	56.284
Nota do Tesouro Nacional - over	35.562	12.068
Nota do Tesouro Nacional - Série B	13.634	2.073
Nota do Tesouro Nacional - Série F	-	2.978
Créditos Privados e Depósitos	68.315	95.346
Operação compromissada	-	2.300
CDB	-	141
Letra Financeira (privado) ⁽¹⁾	48.713	72.048
Debêntures ⁽²⁾	19.602	20.857
Ações	1.147	28.398
Cotas de Fundos de investimento ⁽³⁾	149.280	34.237
Outros	(59)	24.825
Total	369.399	360.140

⁽¹⁾ Emissores: BRADESCO, SANTANDER, GMAC, DAYCOVAL, ITAÚ, VOTORANTIM, ABC, BBAS, RCI BRAS.

⁽²⁾ Emissores: VALE, COELCE, SULA, SABESP, VIAOSTE, CEMAR, CBEE, LREN, BRPR, AUTOBAN, TAEI, DASA, ESTC, VIAN CVIA, LOCALIZA, ENGI, FLRY, TRIA, CTAX, CEMING GT, UNIDAS e NATU.

⁽³⁾ Investimentos em diversos fundos, principalmente em fundos multimercado, geridos e administrados por diferentes instituições financeiras.

Segue abaixo a composição do fundo de investimento nos Planos e PGA:

Plano	Fundos de Investimentos	
	2016	2015
Unisys Brasil	369.031	359.860
Unisys Tecnologia	171	150
PGA	197	130
Total	369.399	360.140

c) Empréstimo

Estão representadas por empréstimos a participantes, limitados a dois salários-base de contribuição e ao saldo do participante no plano, com prazo máximo de pagamento de 24 parcelas mensais. O pagamento é feito por desconto em folha de pagamento. No caso de desligamento do funcionário da patrocinadora, o saldo devedor é descontado nos cálculos rescisórios. A atualização monetária é feita com base na rentabilidade média apurada no mês anterior nos investimentos referentes às aplicações de renda fixa.

UNISYS – PREVI ENTIDADE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015
(Em milhares de reais)

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a carteira de empréstimo é assim demonstrada:

DESCRIÇÃO	Saldo Devedor	(PCLD)	2016	2015
Unisys Brasil	1.143	-	1.143	1.216
Unisys Tecnologia	12	-	12	-
TOTAL	1.155	-	1.155	1.216

NOTA 7 – EXIGÍVEL OPERACIONAL

a) Gestão Previdencial

Plano	2016		2015
	Encargos sobre Benefícios		
Unisys Brasil		570	648
Total		570	648

b) Gestão Administrativa

Plano	2016				2015
	Despesas a pagar ⁽¹⁾	Retenções a Recolher	Tributos a Recolher	TOTAL	
Unisys Brasil	159	60	16	235	160
Total	159	60	16	235	160

⁽¹⁾ Refere-se basicamente a obrigações com serviços de terceiros; provisões sobre folha administrativa.

c) Investimentos

Plano	2016		2015
	IOF sobre Empréstimos	TOTAL	
Unisys Brasil	1	1	4
Total	1	1	4

NOTA 8 – EXIGÍVEL CONTINGENCIAL

a) Gestão Administrativa

Plano	Processos de Ações Tributárias		
	2015	Atualização	2016
Unisys Brasil	1.062	148	1.210
Total	1.062	148	1.210

Trata-se de obrigação legal, referente ao Mandado de Segurança com pedido de liminar visando a garantia do direito líquido e certo de não se submeter à cobrança do PIS e da COFINS nos termos da Lei 9.718/98, relativo ao processo de número 0004270-88.2006.4.02.5101 (numeração anterior: 2006.51.01.004270-2), depositado judicialmente (Nota 5b).

UNISYS – PREVI ENTIDADE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015
(Em milhares de reais)

b) Gestão dos Investimentos

Plano	Processos de Ações Tributárias		
	2015	Atualização	2016
Unisys Brasil	49	7	56
Total	49	7	56

Refere-se ao processo nº 2006.51.01.515804-4 relativo à cobrança de multa de mora aplicada em compensação de débito de PIS, por meio de denúncia espontânea (nota 6a).

NOTA 9 – PROVISÕES MATEMÁTICAS

a) As provisões matemáticas foram calculadas pela Mercer Human Resource Consulting por atuários Rodrigo Salgado Cardoso M.I.B.A nº 1.317 e Daphinie Campos Martins M.I.B.A nº 2.541, cujos pareceres evidenciam o cumprimento às normas atuariais pertinentes, considerando-se as características peculiares do Estatuto e dos Regulamentos dos planos de benefícios e incluem os compromissos correspondentes aos participantes que já adquiriram direitos, os quais podem ou não ter sido requerido, e o direito aos participantes que ainda não os adquiriram.

As provisões matemáticas apresentam a seguinte divisão:

- I. **Provisões de benefícios concedidos** – Correspondem ao valor atual dos benefícios do plano com os compromissos futuros da Entidade para os participantes que já estão em gozo de benefícios de prestação continuada (aposentadorias e pensões).
- II. **Provisões de benefícios a conceder** – Correspondem a diferença entre o valor atual das obrigações futuras da Entidade e o valor atual das contribuições futuras das patrocinadoras e dos participantes, quando aplicável.

b) Premissas e Hipóteses Atuariais

Os cálculos das provisões matemáticas de 2016 consideraram as seguintes premissas e hipóteses atuariais e econômicas:

Hipóteses Atuariais	2016	2015
Taxa real anual de juros ⁽¹⁾	4,5%	4,5%
Projeção de crescimento real de salário ⁽¹⁾	n/a	n/a
Projeção de crescimento real do maior salário de benefício do INSS ⁽¹⁾	n/a	n/a
Projeção de crescimento real dos benefícios do plano ⁽¹⁾	0%	0%
Fator de capacidade para os salários	n/a	n/a
Fator de capacidade para os benefícios	0,98	0,98
Hipótese sobre rotatividade	n/a	n/a
Tábua de mortalidade geral ⁽²⁾	AT-2000	AT-2000
Tábua de mortalidade de inválidos	n/a	n/a
Tábua de entrada em invalidez	n/a	n/a
Outras hipóteses biométricas utilizadas	n/a	n/a

⁽¹⁾ O indexador utilizado é o IGP-DI da Fundação Getúlio Vargas.

⁽²⁾ Tábua AT-2000 Basic, segregada por sexo.

UNISYS – PREVI ENTIDADE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015

(Em milhares de reais)

c) Evolução

Descrição	Saldos em 31/12/2015	Constituição/ (Reversão) Líquida	Saldos em 31/12/2016
Benefícios Concedidos ⁽¹⁾	60.311	10.989	71.300
Unisys Brasil	60.311	10.989	71.300
Benefícios a Conceder ⁽²⁾	301.921	(1.112)	300.809
Unisys Brasil	301.808	(1.140)	300.668
Unisys Tecnologia	113	28	141
Total	362.232	9.877	372.109

⁽¹⁾ Provisões de benefícios concedidos: correspondem ao valor atual dos benefícios do plano com os compromissos futuros da Entidade para com os participantes ou beneficiários que já estão em gozo de benefícios de prestação continuada (aposentadoria e pensões).

⁽²⁾ Provisões de benefícios a conceder: correspondem à diferença entre o valor atual das obrigações futuras da Entidade e o valor atual das contribuições futuras das patrocinadoras.

NOTA 10 – EQUILÍBRIO TÉCNICO

a) Apuração do Resultado do Exercício

Representa os resultados acumulados obtidos pelos planos de benefícios e registrados na conta de resultados realizados. A composição da conta resultados realizados, em 31 de dezembro, e a respectiva movimentação no exercício foi a seguinte:

Plano	2015	Superávit do Exercício	2016
Unisys Brasil	(692)	11	(681)
Total	(692)	11	(681)

b) Equilíbrio Técnico Ajustado

A partir do exercício de 2015, a Entidade passou a apurar também o equilíbrio técnico ajustado e demonstrá-lo na Demonstração do Ativo Líquido do Plano de Benefícios - DAL, conforme estabelece a Resolução CNPC nº 16, de 19 de novembro de 2014 e Instrução PREVIC nº 25, de 17 de dezembro de 2015.

O equilíbrio técnico ajustado passou a ser base de cálculo para a apuração do resultado para destinação e utilização de superávit técnico ou para o equacionamento de déficit técnico do plano de benefício.

A Resolução CNPC nº 22, de 25 de novembro de 2015, estabeleceu critérios diferenciados para equacionamento de déficits e destinação/utilização de superávit, em função do horizonte de tempo dos fluxos de caixa de cada plano de benefícios (duração do passivo atuarial). Para o déficit, o limite é dado pela fórmula $1\% \times (\text{duração do passivo} - 4) \times \text{Provisão Matemática}$. Para destinação ou utilização de superávit, o limite é dado pela fórmula $[10\% + (1\% \times \text{duração do passivo do plano})] \times \text{Provisão Matemática}$.

Conforme demonstrado a seguir, no exercício de 2016 a entidade apresentou deficitária. De acordo com a Resolução CNPC nº 22/2015 o déficit acumulado não ultrapassa o limite estabelecido, não sendo necessário o plano de equacionamento para 31/12/2016.

UNISYS – PREVI ENTIDADE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015
(Em milhares de reais)

Descrição	2016	2015
Saldo de Provisões Matemáticas (a) ⁽¹⁾	14.699	14.098
Cálculo do limite do Déficit Técnico Acumulado		
Duração do Passivo do Plano deduzido de 4 pontos (b)	5,98	2,80
Limite do Déficit Técnico Acumulado que deve permanecer (a * b)	(879)	(395)
Equilíbrio Técnico Ajustado		
a) Equilíbrio Técnico Contábil	(681)	(692)
b) (+/-) Ajuste de Precificação ⁽²⁾	-	-
c) (+/-) Equilíbrio Técnico Ajustado (= a + b)	(681)	(692)
Índice de Solvência (c / a * 100)	4,63	4,91

⁽¹⁾ Provisões Matemáticas da parcela relativa a modalidade benefício definido.

⁽²⁾ Corresponde a diferença entre o valor dos títulos públicos federais atrelados a índice de preços classificados na categoria títulos mantidos até o vencimento, calculado considerando a taxa real de juros anual utilizada na respectiva avaliação atuarial e o valor contábil desses títulos.

NOTA 11 – FUNDOS

- a) **Fundos Previdenciais** – Constituído com as contribuições das patrocinadoras, às quais os participantes não tiveram direito por terem se desligado das patrocinadoras antes de se tornarem elegíveis aos benefícios dos planos. Este fundo poderá ser utilizado pelas patrocinadoras, para financiar contribuições normais, extraordinárias e administrativas devidas no exercício de 2016, de acordo com as regras estabelecidas pelo Conselho Deliberativo, conforme determinado no item 6.5 dos Regulamentos dos Planos.
- b) **Fundos Administrativos** – Constituído com base no excedente superavitário verificado na apuração do resultado da Gestão Administrativa Previdencial, com finalidade de suprir eventuais necessidades de cobertura das despesas administrativas.

Descrição	2015	Remuneração	Constituição	(Reversão)	2016
Fundos Previdenciais	1.368	170	110	(392)	1.256
Unisys Brasil	1.330	165	110	(392)	1.213
Unisys Tecnologia	38	5	-	-	43
Fundos Administrativos	-	-	410	(386)	24
Unisys Brasil	-	-	410	(386)	24
Total	1.368	170	520	(778)	1.280

NOTA 12 – COMPOSIÇÃO DAS ELIMINAÇÕES NA CONSOLIDAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Descrição	2016	2015
Participação no Plano de Gestão Administrativa	24	-
Unisys Brasil	24	-
Participação no Fundo Administrativo PGA	24	-
Unisys Brasil	24	-

UNISYS – PREVI ENTIDADE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015

(Em milhares de reais)

NOTA 13 – REMUNERAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO

Abaixo demonstramos os custos com a remuneração total atribuída a folha de funcionários da entidade:

DESCRIÇÃO	Unisys Brasil	
	2016	2015
Pessoal e Encargos	1.096	979
Dirigentes	711	635
Pessoal Próprio	385	344

NOTA 14 – RISCO DE MERCADO E SEU GERENCIAMENTO

O controle de risco de mercado é realizado por cada Gestor de Investimento separadamente, como se os portfólios fossem independentes. O risco é medido pelo “Value at Risk” (VaR) através do modelo paramétrico, com a volatilidade sendo medida pela variância, intervalo de confiança de 95%, distribuição normal e uma amostra baseada em um período de 252 dias úteis. Como acompanhamento da política de risco, devem ser elaborados relatórios mensais de risco de mercado, para os segmentos de renda fixa e de renda variável e também para a carteira consolidada da UNISYS-PREVI.

Através de um estudo histórico de volatilidades, baseado na tolerância ao risco da UNISYS-PREVI, juntamente com simulações históricas de cenários, foram determinados limites máximos de risco, que estão apresentados no item 4 da Parte II da Política de Investimentos de 2015. Importante notar que o limite estipulado é um VaR absoluto que determina o patamar de avaliação em momentos de crise, expondo a necessidade ou não de reavaliação das estratégias.

No caso do limite de VaR ser ultrapassado em qualquer um dos fundos, ficam proibidos aumentos de exposições a risco, e a Diretoria Executiva da UNISYS-PREVI deverá ser informada imediatamente pelo gestor juntamente com uma recomendação fundamentada quanto a redução ou manutenção da mesma. Caberá a Diretoria Executiva da UNISYS-PREVI aceitar ou vetar tal recomendação.

O gestor também deverá realizar a análise de Stress através de simulações com a construção de diferentes cenários e modelos (otimista, moderado e pessimista) de forma a agregar as possíveis consequências na alocação dos resultados. Estas simulações devem englobar situações extremas e as expectativas do mercado de forma a projetar e quantificar a sensibilidade dos seus resultados, bem como o impacto no valor de mercado de sua carteira e as perdas (ou ganhos) a que está sujeita caso os cenários ocorram. O resultado das simulações desses cenários de stress na carteira em questão poderá ser apresentado nas reuniões trimestrais, caso solicitado pela UNISYS-PREVI.

A UNISYS-PREVI monitora, gerencia e controla o risco por meio do cálculo do VaR, modelo que limita a probabilidade de perdas máximas toleradas para os investimentos. Assim, conforme permitido pelo Art. 13 da Resolução do CMN nº 4.275/2013, tal modelo é usado em substituição ao cálculo da divergência não planejada.

A entidade efetuou estudo para aderência da taxa de juros e considera as orientações e procedimentos indicados pela legislação vigente, e atende às exigências de adequação formuladas pela Resolução CGPC nº 18/2006 e Instrução Previc nº 23/2015. Baseado nesta análise, foi concluído pelo consultor de investimentos que ao considerar a alocação do exercício de 2016 do plano e os limites contidos na Política de Investimentos, entende-se:

**UNISYS – PREVI ENTIDADE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015**

(Em milhares de reais)

Uma taxa de desconto real de 4,5% a.a. é adequada e aderente para a avaliação atuarial dos compromissos do plano de benefícios, considerando que o plano mantém uma alocação similar à alocação atual no longo prazo. Após análise e estudo técnico feito por Consultoria tecnicamente qualificada, foi comprovada a aderência e adequação da taxa real de juros do plano de benefícios da Entidade.

Alexandre Rangel Chaves
Diretor Superintendente
CPF: 509.155.177-87

Reginaldo José Camilo
Contador - CRC: ISP 114.497/O-9
CPF: 859.338.648-20